

01. Quanto ao financiamento da Política de Assistência Social, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) institui como condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, de recursos financeiros, a efetiva instituição e funcionamento de:

- (A) Fundo de Assistência Social e Plano de Assistência Social, somente.
- (B) Conselho de Assistência Social, Fundo de Assistência Social e Plano de Assistência Social.
- (C) Conselho de Assistência Social e Fundo de Assistência Social, somente.
- (D) Fundo de Assistência Social, Plano de Assistência Social e Relatório de Gestão.

02. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal nº 8.742/1993, a Assistência Social é:

- (A) direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações do Estado para garantir o atendimento às necessidades básicas e especiais.
- (B) dever do Estado e da Sociedade, é Política de Seguridade Social não contributiva, realizada através de um conjunto integrado de ações da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades sociais da comunidade.
- (C) direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
- (D) direito do cidadão, é Política de Seguridade Social contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades sociais.

03. A Constituição Federal Brasileira, de 1988, incorporou a Assistência Social ao tripé da Seguridade Social, junto à saúde e à previdência social. A Assistência Social foi regulamentada com a instituição da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei Federal nº 8.742), em 1993, tendo como objetivo:

- (A) garantir proteção social àquelas pessoas em situação de extrema pobreza, por meios de comprovações de renda.
- (B) a defesa de direitos, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
- (C) diminuir a pobreza em todo território nacional ao garantir os direitos sociais.
- (D) a organização territorial para implantação de serviços socioassistenciais e a oferta de benefício de forma universal.

04. A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As ações ofertadas, no âmbito desse sistema, têm por objetivo:

- (A) o combate à pobreza e à fome por meio de oferta de benefícios que garantam renda à população em situação de pobreza extrema.
- (B) a garantia da alimentação segura por meio de programas de transferências de renda e combate à fome.

- (C) a universalização dos direitos sociais, ao atender as necessidades sociais da população.
- (D) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

05. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: proteção social básica e proteção social especial. Com base na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- (B) Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.
- (C) A proteção social básica é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.
- (D) As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social.

06. Para Raquel e Madeira (2015), no contexto do SUAS, a política de assistência social, para se consolidar, no cotidiano local, como política pública de seguridade social e um direito de cidadania, demanda, dentre outras coisas, que a sua implementação se materialize de forma democrática. Entretanto, essa finalidade não se apresenta como uma tarefa de fácil alcance, pois exige:

- (A) que a gestão pública dessa política seja construída sobre os pilares da democracia participativa, o que, em outras palavras, significa projetar-se a partir das bases da participação cidadã e do controle social efetivo.
- (B) que, na atual conjuntura política, social e econômica, os direitos garantidos constitucionalmente e a efetiva afirmação da política de assistência social, como direito de cidadania, sejam constantemente avaliados pelo Ministério Público.
- (C) que a participação social seja regulamentada pelos órgãos de controle social com objetivo de ampliar a proteção social, o acesso aos direitos socioassistenciais e às seguranças afiançadas.
- (D) que a implementação efetiva do modelo de gestão da Assistência Social, instrumentalizado nas práticas inovadoras, estimulem o desenvolvimento de ações emergenciais de socorro à população pobre e extremamente pobre.

07. De acordo com Artigo 16 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

- (A) os Conselhos nacional, estadual, municipal e do Distrito Federal da Assistência Social.
- (B) o Conselho Nacional de Assistência Social, somente.
- (C) o Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS).
- (D) as Comissões Intergestoras Bipartite (CIB) e as Comissões Intergestoras Tripartite (CIT).

08. Assinale a alternativa que apresenta as funções da Política de Assistência Social.

- I - A proteção social.
- II - A vigilância socioassistencial.
- III - A defesa de direitos.

- (A) I e III, somente.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e II, somente.

09. Assinale a alternativa correta sobre a gestão do Sistema Único da Assistência Social de acordo com a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

- (A) O SUAS comporta três tipos de Gestão: básica; secundária e terciária.
- (B) O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelas respectivas secretarias de assistência social.
- (C) As responsabilidades da gestão do SUAS se pautam pela ampliação da proteção socioassistencial em todos os seus níveis, contribuindo, prioritariamente, para o combate à fome em todo território nacional.
- (D) O SUAS se fundamenta na cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e estabelece as respectivas competências e responsabilidades comuns e específicas.

10. A pandemia de COVID-19, que assola o Brasil e o mundo, impactou sobremaneira a vida de toda a população. No Brasil, as recomendações de isolamento doméstico e higienização ocorrem junto com o desemprego, o subemprego, a ausência de moradia, de abastecimento de água e de saneamento básico. Uma das estratégias para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia foi a aprovação pelo Congresso Nacional do:

- (A) Auxílio emergencial.
- (B) Auxílio-funeral.
- (C) Auxílio-saúde.
- (D) Auxílio-alimentação.

11. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, assinale a alternativa que apresenta um dos serviços de proteção especial, de alta complexidade, no âmbito da Assistência Social.

- (A) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).
- (B) Serviço de Acolhimento Institucional.
- (C) Serviço Especializado em Abordagem Social.
- (D) Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

12. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, são serviços de proteção social básica, no âmbito da Assistência Social, **EXCETO**:

- (A) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).
- (B) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- (C) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
- (D) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

13. Assinale o item que apresenta uma das seguranças afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

- (A) Intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais.
- (B) Equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.
- (C) Renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho.
- (D) Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil.

14. Sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assinale a alternativa correta.

- (A) De caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do SUAS, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.
- (B) Tem abrangência regional e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados, com a participação da justiça.
- (C) Tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 (dezoito) anos em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- (D) As crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil, para receber automaticamente o Bolsa Família.

15. Com base no Art. 44, da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), são instrumentos da gestão financeira e orçamentária do SUAS:

- (A) o Orçamento da Assistência Social e os Fundos de Assistência Social.
- (B) o Plano da Assistência Social e o Conselho de Assistencial Social.
- (C) o Fundo de Assistência Social e o Plano da Assistência Social.
- (D) o Orçamento da Assistência Social e o Plano Plurianual.

16. Com base no Art. 17 da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no que se refere ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são responsabilidades dos Municípios:

- I – Efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral.
- II – Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.
- III – Organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial.
- IV – Organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial.
- V – Alimentar o Censo SUAS.

- (A) I, II e V, somente.
- (B) I, III e V, somente.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, IV e V, somente.

17. O Plano de Assistência Social, de que trata o Art. 30 da LOAS, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). De acordo com Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, assinale a alternativa correta quanto ao Plano de Assistência Social.

- (A) A elaboração do Plano de Assistência Social é de responsabilidade do órgão de controle social da assistência social da política que o submete à aprovação do poder legislativo referente a cada ente federado.
- (B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar os respectivos Planos de Assistência Social, anualmente, de acordo com os períodos de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) A realização de diagnóstico socioterritorial, anual, compõe a elaboração dos Planos de Assistência Social, podendo ser dispensada para municípios de pequeno e médio porte.
- (D) A estrutura do plano é composta por, dentre outros: diagnóstico socioterritorial; objetivos gerais e específicos; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços; indicadores de monitoramento e avaliação; espaço temporal de execução.

18. De acordo com Artigo 5º da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, são diretrizes estruturantes da gestão do SUAS, **EXCETO**:

- (A) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.
- (B) financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (C) desenvolvimento da autonomia.
- (D) matricialidade sociofamiliar.

19. São as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, previstos no Artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):

- (A) Benefício de Prestação Continuada.
- (B) Benefícios eventuais.
- (C) Programa Criança Feliz.
- (D) Programa de Atenção Integral a Família.

20. Sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assinale a alternativa correta.

- (A) O BPC é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- (B) Observados os demais critérios de elegibilidade terão direito ao BPC a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
- (C) O benefício de que trata este artigo pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime.
- (D) O BPC deve ser revisto anualmente para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

21. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa correta quanto ao direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

- (A) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
- (B) A criança que tiver a mãe adolescente em acolhimento institucional será encaminhada à família substituta.
- (C) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- (D) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 36 (trinta e seis) meses, salvo comprovada a necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

22. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Para fins do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize é considerada:

- (A) lesão moral.
- (B) sofrimento físico.
- (C) sofrimento emocional.
- (D) tratamento cruel ou degradante.

23. O Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10741/2003, prevê, em seu artigo 3º, que a obrigação de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária é:

- (A) da família e do Estado, somente.
- (B) da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público.
- (C) das Organizações não governamentais, de instituições de direitos humanos nacionais e internacionais e da família.
- (D) do Estado, da família e das entidades públicas e privadas de direitos humanos.

24. No que se refere aos direitos fundamentais à pessoa idosa, é previsto pelo Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10741/2003, que a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da:

- (A) Justiça estadual.
- (B) Previdência Social.
- (C) Saúde.
- (D) Assistência Social.

25. Quanto à assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

- (A) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos no código penal.
- (B) O juiz determinará, no prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.
- (C) A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante solicitação verbal sem a necessidade de apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso.
- (D) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar é responsabilidade exclusiva da política de assistência social.

26. Assinale a alternativa que apresenta as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher prevista na Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

- (A) Física; dolosa; culposa; feminicídio.
- (B) Violência comum; material; de perigo iminente.
- (C) Física; psicológica; sexual; patrimonial e moral.
- (D) Sexual; negligência; abandono; institucional.

27. O conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento à adolescente em conflito com a lei, é designado de:

- (A) Medidas socioeducativas.
- (B) Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
- (D) Plano Individual de Atendimento.

28. A Lei Federal nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), considera direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previsto em Lei, o que consta em qual alternativa?

- (A) Inclusão de ações e serviços para a promoção, proteção, prevenção de agravos e doenças e recuperação da saúde.
- (B) Peticionar, verbalmente, diretamente à autoridade pública, devendo ser respondido em até 30 (trinta) dias, não obrigatoriamente.
- (C) Ao adolescente em cumprimento de medida de internação, mesmo casado ou que viva em união estável, não é prevista a visita íntima.
- (D) Receber, sempre que solicitar, informações sobre a evolução de seu plano individual, participando, obrigatoriamente, de sua elaboração e, se for o caso, reavaliação.

29. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei Federal nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão para Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- (A) Considera Pessoa com Deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (B) Considera Pessoa com Deficiência Sensorial aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.
- (C) Considera acessibilidade como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
- (D) Considera moradia para vida independente da pessoa com deficiência as unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

30. No que se refere ao direito à Assistência Social para as pessoas com deficiência, previsto no Artigo 39 da Lei Brasileira de Inclusão para Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência), os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo:

- (A) assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (B) a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social.
- (C) assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades desenvolvidas.
- (D) adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

31. Assinale a alternativa correta equivalente ao definido pelo Decreto Nº 7.334/2010 como importante instrumento de avaliação e monitoramento dos serviços, programas e benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social. Tem sofrido aprimoramentos que, ao longo dos anos de sua implementação, ampliou o escopo de informações colhidas por meio de questionários que são respondidos exclusivamente através de um aplicativo eletrônico.

- (A) Censo SUAS.
- (B) Cadastro Único.
- (C) Prontuário SUAS.
- (D) Acesso SUAS.

32. Segundo Costa (2007), apesar do consenso sobre a importância da avaliação das políticas sociais, de fato, avaliam-se muito pouco as ações na área da assistência social e, principalmente, há dúvidas se os resultados das avaliações são utilizados de maneira produtiva. Assinale a alternativa correta quanto aos fatores destacados pelo autor que contribuiram para isso.

- (A) Existem muitos incentivos para a avaliação, mas o estilo de gestão predominante nas políticas sociais é pouco orientado para resultados.
- (B) Os objetivos geralmente são formulados de maneira muito particularizada e ambiciosa para serem operacionais, ou seja, para orientarem as ações e a avaliação.
- (C) Os gestores e as instituições públicas são cobrados por resultados, sem exigência do primordial, ou seja, os planos de trabalho responsáveis por inovações efetivamente obtidas.
- (D) Os processos de decisão no campo dessa política tendem a ser frequentemente informais e pouco estruturados, o que leva a decisões pouco estratégicas, fragmentadas e reativas.

33. Assinale a alternativa correta de acordo com o Decreto Nº 7.037 de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 quanto aos seus eixos orientadores.

- (A) Matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; Interação democrática entre Estado e sociedade civil; financiamento; controle social com participação popular e normas definidas para informação, monitoramento e a avaliação e de política de recursos humanos.
- (B) Garantia de provisão de mínimos sociais; convivência família e comunitária norteadas pela educação e cultura em Direitos Humanos; universalizar o direito a defesa jurídica dos defensores dos direitos humanos; e igualdade no atendimento nas instituições sociais de cidadania.
- (C) Interação democrática entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento e direitos humanos; universalizar direitos em contexto de desigualdades; segurança pública, acesso à Justiça e combate à violência; educação e cultura em Direitos Humanos e Direito à memória e à verdade.
- (D) Fortalecimento da democracia; enfrentamento à pobreza em todas as suas formas; assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; garantia da universalização, integralidade e indivisibilidade dos direitos humanos; promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo; e promoção e consolidação da igualdade.

34. Maria Carmelita Yazbek (2020), analisa os recorrentes posicionamentos conservadores em relação à família, com impactos diretos e desafios para as políticas de proteção social. Nesse sentido, julgue os itens como **V** (verdadeiro) ou **F** (falso).

(___) No atual contexto reativa-se o pensamento conservador, restaurador e defensor da ordem instituída e o pensamento reacionário que confronta valores democráticos e propõe eliminação de direitos, especialmente dos segmentos mais pobres e subalternizados da sociedade, onde estão as famílias com as quais os profissionais da área social trabalham.

(___) No contexto contemporâneo assiste-se graves problemas para os trabalhadores pobres e suas famílias, com a manutenção de taxas elevadas de desemprego e crescimento do trabalho informal e precário, tendo como consequências a radicalização da questão social e a recomposição das políticas sociais que vêm se tornando cada vez mais focalizadas, seletivas e condicionadas, responsabilizando as famílias pobres por sua própria sobrevivência, condição fundamental para expansão do “familismo” no âmbito da Seguridade Social brasileira.

(___) A Emenda Constitucional nº 95/2016 impacta os direitos e compromete a manutenção e ampliação de serviços sociais ao propor o congelamento das despesas sociais por 20 anos. Essas redefinições e readequações não atingiram a assistência social, que segue ofertando serviços, programas e projetos às famílias e aos indivíduos pertencentes às classes subalternizadas de nossa sociedade.

(___) Na atual conjuntura de embate, confrontam-se dois projetos de proteção social no Brasil: um minimamente referenciado às promessas constitucionais de cidadania e direitos na perspectiva de um Sistema de Proteção Social público, universal e de afirmação de direitos; e outro que reduz a Proteção Social à reiteração de práticas conservadoras, que remetem, sob novas formas, à seletividade e focalização meritocrática no sistema protetivo.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- (A) V, V, V e V.
- (B) V, V, F e V.
- (C) V, V, V e F.
- (D) V, F, F e V.

35. Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, quanto à definição de desigualdade racial.

- (A) Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- (B) Toda forma de pré-julgamento com relação a outra pessoa, que é materializada pela não aceitação do modo de ser do outro e da diversidade em que está inserido, seja na cultura ou mesmo pelas características físicas.
- (C) Forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam.
- (D) Toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

36. Assinale a alternativa correta quanto aos eixos estratégicos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

- (A) Promoção, Defesa e Controle Social.
- (B) Prevenção, Atenção, Defesa e Responsabilização, Comunicação e mobilização, Participação e Protagonismo e estudos e pesquisas.
- (C) Suporte institucional e pedagógico, diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual, cultura, esporte e lazer.
- (D) Análise de situação, Defesa e Segurança, profissionalização, Prevenção, Matricialidade sociofamiliar.

37. Quanto ao III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e proteção ao adolescente trabalhador, julgue os itens como **V** (verdadeiro) ou **F** (falso).

() O III Plano é um instrumento fundamental para atender ao compromisso assumido pelo Brasil de eliminar todas as formas de trabalho infantil até 2025, tal como dispõe a meta referente a esse tipo de trabalho nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

() Na Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 1989, da ONU, ficou estabelecida a proibição de qualquer tipo de exploração econômica de crianças, considerando como trabalho infantil aquele realizado mediante ameaças de punição em condição degradante, sem garantias mínimas de saúde, segurança e condição precárias com baixa remuneração.

() Considera-se trabalho infantil as atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional.

() Tem como eixos estratégicos: educação, profissionalização/trabalho/previdência; família e comunidade, segurança, promoção de ações de comunicação e mobilização social; proteção da saúde de crianças e adolescentes contra a exposição aos riscos do trabalho; e fomento à geração de conhecimento sobre a realidade do trabalho infantil no Brasil, com destaque para as suas piores formas.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- (A) F, V, V e F.
- (B) V, V, F e F.
- (C) F, F, V e F.
- (D) V, F, V e F.

38. Assinale a alternativa correta quanto ao tema da relação da família com os sistemas de proteção social.

- (A) É possível vislumbrar a ampliação desse debate a partir da década de 1970, especialmente no que concerne à categoria gênero, que ganhou espaço no escopo dos estudos feministas de orientação marxista.
- (B) As principais tendências de incorporação da família no campo da política social, tendo como premissa o peso dessa instituição na reprodução do bem-estar, sendo duas referências em disputa: a proposta familista e a proposta protetiva (Mioto, 2010).
- (C) A proposta protetiva foi delineada no interior do desenvolvimento capitalista e do liberalismo econômico entre os séculos XVIII e XIX. Reside na perspectiva da existência de dois canais naturais para a satisfação de necessidades dos indivíduos: a família e o mercado.
- (D) A proposta de desfamíliação (Esping-Andersen: 1991) baseia-se na disseminação da culpabilização das famílias por sua incapacidade de gerir e otimizar recursos, assim como de desenvolver estratégias para sua manutenção. As dificuldades de provisão de bem-estar, advindas do desemprego ou do adoecimento, passam a ser consideradas problemas da família e não questões estruturais.

39. Assinale a alternativa correta quanto ao que dispõe o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra Mulher.

- (A) O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007. Consiste em um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos Estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que consolidassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas na área da assistência social, educação e trabalho integradas em todo território nacional.
- (B) Os objetivos do Pacto Nacional têm por base a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ou seja, enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma visão integral deste fenômeno. O enfrentamento inclui as dimensões da prevenção, assistência, combate e garantia de direitos previstas na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.
- (C) O pacto se baseia nas seguintes premissas: 1) Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; 2) Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; 3) Garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça; 4) Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; 5) Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.
- (D) O Pacto tem como eixos estruturantes: a transversalidade de gênero; a intersetorialidade; e a capilaridade. A transversalidade de gênero visa garantir que a questão de violência contra a mulher e de gênero perpassasse as mais diversas políticas públicas setoriais. A intersetorialidade compreende ações em duas dimensões: uma envolvendo parcerias entre organismos setoriais e atores em cada esfera de governo e outra implica uma maior articulação entre políticas nacionais e locais em diferentes áreas. E, por fim, desta articulação decorre a capilaridade destas ações, programas e políticas.

40. Os princípios éticos para os trabalhadores da Assistência Social estão contidos na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos dos SUAS. Dessa forma, assinale a alternativa correta que contenha princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais da área de assistência social.

- (A) Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais; Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende.
- (B) Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços estritamente familiares.
- (C) Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais com destaque para sua autonomia e sustentabilidade.
- (D) Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), independentemente dos critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios.